

A modern, minimalist living room interior. The room features a large, light-colored wall with a central fireplace. The fireplace is a dark, rectangular unit with a wooden mantel, and a fire is burning inside. To the right of the fireplace is a long, low wooden console table. In the foreground, a portion of a light-colored, textured sofa is visible. To the left, two small, textured vases sit on a low ledge. To the right, a tall, thin, dried branch arrangement is placed in a small vase. The floor is a light, neutral color with large tiles. The overall atmosphere is calm and sophisticated.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

23/04/2025

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

**Nos termos do item 2 do Formulário de Referência
(Art. 10º, Inciso III da Resolução CVM nº 81/22)**

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Art. 10º, Parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/22)

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

(Art. 11º da Resolução CVM nº 81/22)

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

**Nos termos do item 8 do Formulário de Referência
(Art. 13 da Resolução CVM nº 81/22)**

ÍNDICE

Página

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia.....	03
Proposta de Destinação do Lucro Líquido.....	27
Assembleia Geral e Administração.....	31
Proposta de Remuneração dos Administradores.....	39

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Nos termos do item 2 do Formulário de Referência (Art. 10º, Inciso III da Resolução CVM nº 81/22)

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2024, o Portobello Grupo reafirmou seu compromisso com o crescimento, consolidando sua liderança no mercado brasileiro de revestimentos cerâmicos e expandindo sua presença nos Estados Unidos por meio da Portobello America. Esse movimento reforça o posicionamento internacional da Companhia.

Apesar dos desafios macroeconômicos, incluindo taxas de juros elevadas e volatilidade, o Portobello Grupo superou o desempenho do setor, que cresceu 3,9% no acumulado do ano, alcançando um crescimento de volume de 18,1% no mesmo período. O market share no Brasil foi significativamente ampliado.

A receita líquida atingiu R\$ 2,4 bilhões em 2024, um aumento de 9,9% em relação ao ano anterior, com crescimento em todas as unidades de negócio. Esse desempenho reafirma a estratégia da Companhia na geração de valor e crescimento sustentável.

Nos Estados Unidos, apesar da retração do setor imobiliário devido ao aumento dos juros pelo Federal Reserve, a Portobello America manteve sua trajetória de crescimento, consolidando sua presença no Tennessee. A receita líquida da unidade cresceu 37,1% no acumulado do ano.

No 4T24, a Companhia realizou uma otimização operacional voltada à eficiência e à consolidação da estrutura produtiva, visando sustentar o crescimento futuro. Essa iniciativa gerou impactos nos indicadores como o lucro bruto, com um efeito de R\$ 28,2 milhões decorrente do ajuste de inventário relacionado ao ramp-up da fábrica da Portobello America, e nas despesas operacionais, com impacto de R\$ 16,9 milhões, principalmente por conta de despesas com rescisões de colaboradores no Grupo.

Mantendo a disciplina financeira, a Companhia reduziu sua alavancagem, alcançando um indicador pro forma de 2,8x Dívida Líquida/EBITDA no ano de 2024.

O Portobello Grupo segue focado em sua estratégia de expansão. A Portobello America continuará aprimorando seu mix de produtos e consolidando *market share*. A Portobello Shop avançará com a

expansão de lojas e fortalecimento do canal B2B, enquanto a Portobello seguirá sua internacionalização. A Pointer priorizará o aumento de vendas e a eficiência industrial.

No aspecto econômico-financeiro, a Companhia manterá sua disciplina na gestão de custos e despesas, visando a geração de caixa livre e redução da alavancagem. Iniciativas para otimização do custo da dívida e eficiência na gestão do capital de giro serão priorizadas para fortalecer sua estrutura financeira.

O Portobello Grupo continua a se destacar pela agilidade, inovação e eficiência operacional, garantindo um modelo de negócios sólido e sustentável. Seguimos comprometidos em transformar ambientes e emocionar pessoas por meio do design, qualidade e inovação.

No ano de 2023 foi um ano de importantes avanços na estratégia do Portobello Grupo. Destacamos a inauguração e início da operação da fábrica dos Estados Unidos, um marco na evolução da internacionalização do Grupo, além da ampliação da nossa atuação direta com os consumidores no Brasil, através da inauguração de 16 lojas da Portobello Shop, encerrando o ano com 158 operações ao redor do país, sendo 25 próprias e 133 franquias, com avaliação de NPS de 86.

Estes avanços se deram em um cenário mundial de instabilidade macroeconômica e setorial. No Brasil, o setor de revestimento cerâmico apresentou arrefecimento da demanda, com queda de 5,7% em relação ao ano anterior. No varejo, segundo os dados do ICVA, o setor de materiais de construção apresentou retração de 2,5% em 2023. A indústria brasileira sentiu o efeito da redução das vendas e paralisou temporariamente algumas fábricas, levando a ocupação da capacidade de produção a um nível de 64%.

Nos Estados Unidos, os principais indicadores do setor de construção civil também tiveram um desempenho que prejudicaram a retoma do crescimento, com altas taxas de juros e aumento na taxa média de hipoteca. Adicionalmente, dados do TCNA, apontaram que o consumo do revestimento cerâmico passou por um período de acomodação entre o final de 2022 e início de 2023, com recuperação gradual ao longo de 2023.

Nesse contexto, consolidamos ganhos de *market share* no mercado brasileiro, com portfólio de produtos inovadores, com a apresentação de grandes lançamentos e colaborações que tiveram muito êxito na Expo Revestir, Cersaie e Coverings. No varejo, o resultado da Portobello Shop demonstrou a fortaleza do modelo de negócios, que se traduziu na superação da marca de R\$ 1 bilhão de faturamento anual, sendo reconhecida entre as principais marcas do varejo do Brasil. Suportamos a continuidade da estratégia de internacionalização do Grupo ampliando nossa atuação e exportação para regiões como América Central, Oriente Médio, Europa e África.

Nos EUA, nossa planta já opera com aproximadamente 200 colaboradores e avança focada na flexibilidade e produtividade para o atendimento das demandas dos clientes nos EUA. Nosso compromisso é manter um nível de serviço excepcional e atender às necessidades em evolução dos nossos clientes norte-americanos, impulsionando-nos para a próxima fase de crescimento, integração e lucratividade.

Neste cenário desafiador, apresentou um prejuízo de R\$ 35,1 milhões, no final de 2023, realizou a 5ª emissão de debêntures da Companhia, captando R\$ 367 milhões e alongamos o prazo médio do endividamento em 1,2 ano, reduzindo em 0,7p.p. o custo da dívida. Também ajustou o patamar de investimentos, encerrando o ano com R\$ 332,8 milhões de investimentos, ainda suportando nossos projetos estratégicos e fechamos com alavancagem líquida de 3,3x.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

Esse índice é calculado considerando a dívida líquida dividida pelo total do capital, onde a dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos com opção de compra, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. A estrutura de capital, mensurada pela relação entre a dívida líquida e o total do capital, correspondeu a 73,91% em 2024 e 68,68% em 2023, como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Dívida bruta	1.165.517	1.343.342
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(79.440)	(486.472)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(34.875)	(10.297)
Dívida líquida	1.051.202	846.573
Total do patrimônio líquido	371.119	385.989
Total do capital (dívida líquida + patrimônio líquido)	1.422.321	1.232.562
Estrutura do capital (%) (dívida líquida/capital)	73,91%	68,68%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao total do passivo circulante e não circulante):

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivo circulante e não circulante	2.975.651	2.910.019
Patrimônio líquido	371.119	385.989
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.346.770	3.296.008
Capital de terceiros	88,91%	88,29%
Capital próprio	11,09%	11,71%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras apresentam capital circulante líquido negativo (CCL) no montante de R\$342.724 no consolidado, decorrente principalmente do prazo de vencimento de contratos de empréstimos de curto prazo e investimentos realizados. A Companhia monitora constantemente o capital circulante líquido, bem como as projeções de geração de fluxo de caixa para suportar a viabilidade do seu plano de negócios.

O Portobello Grupo está em processo de negociação e reperfilamento de operações com instituições financeiras. Além disso, com a geração de caixa prevista, entende-se que as ações sejam suficientes para equalizar o capital circulante líquido. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAJIDA/EBITDA:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Dívida bruta	1.165.517	1.343.342
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(79.440)	(486.472)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(34.875)	(10.297)
Dívida Líquida	1.051.202	846.573
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA	3,4	3,1
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBTIDA ajustado e recorrente	2,9	3,0

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos provêm de diversas instituições financeiras, onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia e por hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos. Alguns financiamentos para investimentos provêm também dos próprios fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira da Companhia, com saldo de R\$ 480 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 597 milhões em 2023);
- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (“Banco do Nordeste”) para investimento e capital de giro da planta fabril de Alagoas, com saldo de 20 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 39 milhões em 2023);
- (iii) Nota de Crédito para Exportação (NCE) contratada com a finalidade de financiar exportações, com saldo de R\$ 297 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 437 milhões em 2023).
- (iv) Contratos FINEP: um contrato celebrado em 2019, no valor de R\$ 67 milhões, com prazo total de 120 meses; outro em novembro de 2020, no valor de R\$ 98 milhões, com prazo de 120 meses e carência de 36 meses; e um terceiro em julho de 2024, no valor de R\$ 38 milhões, com prazo de 144 meses. Em 31 de dezembro de 2024, o montante em aberto da FINEP era de R\$ 165 milhões (R\$ 151 milhões em 2023).
- (v) Contratos de Pré-Pagamento de Exportação (PPE): Contratos celebrados nos anos de 2022 e 2024, com saldos em 31 de dezembro de 2024 de R\$143 milhões (R\$79 milhões em 2023).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta, em sua dívida bruta, saldo de duas emissões de debêntures, sendo R\$ 155 milhões referentes à 4ª (quarta) emissão, realizada em 2021, e R\$ 325 milhões referentes à 5ª (quinta) emissão, realizada em 2023, recursos estes destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

O Portobello Grupo está em processo de negociação e reperfilamento de operações com instituições financeiras. Além disso, com a geração de caixa prevista, entende-se que as ações sejam suficientes para equalizar o capital circulante líquido. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento bancário bruto da Companhia (compostos pelos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de R\$ 1.165 milhões e R\$ 1.343 milhões, na qual 69,4% e 30,6% destes montantes, que correspondem a R\$ 808 milhões e R\$ 357 milhões, apresentam garantia real de hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, informações dos contratos de empréstimos relevantes:

Debêntures:

Em 16 de setembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 4º (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da emissão foram destinados ao resgate da totalidade da 3º (terceira) emissão de debêntures da Companhia. Este contrato possui cláusulas mínimas de “covenants” que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024.

Em AGE realizada no dia 8 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Os “covenants” para dezembro de 2024 foram cumpridos.

Banco do Nordeste:

Os contratos com o Banco do Nordeste são operações específicas e incentivadas pelos governos estaduais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía dois contratos com essa instituição, firmados em 2013 e 2019, com liberações efetivadas entre 2014 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante em aberto com o Banco do Nordeste era de R\$ 20 milhões (R\$ 39 milhões em 2023).

Crédito à exportação (NCE):

A Companhia apresenta 7 (sete) contratos relacionados a crédito de exportação. O montante total em aberto em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 297 milhões (R\$ 437 milhões em 2023). Dos contratos

citados, 3 (três) contratos de NCE são garantidos por meio de recebíveis (de 10% a 30% dos recebíveis) das empresas controladas da Companhia.

FINEP ou Financiadora de Estudos e Projetos:

FINEP É uma entidade pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A Companhia possui um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em novembro de 2020, firmou contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses, tendo também como garantia fiança bancária, sendo desembolsado o valor de R\$ 64 milhões ainda em 2020 e R\$ 34 milhões em 2021.

Em julho de 2024, firmou contrato de R\$ 38 milhões, também com prazo de 144 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante em aberto de FINEP é R\$ 165 milhões (R\$ 151 milhões em 2023).

PPE (Pré-Pagamento à exportação):

Em 31 de dezembro de 2024, o montante em aberto na modalidade específica de financiamento à exportação era de R\$ 143 milhões (R\$ 79 milhões em 2023).

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As principais relações de longo prazo da Companhia com instituições financeiras estão divulgadas no item acima e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv)Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As duas emissões de debêntures vigentes estão vinculadas a cláusulas de *covenants*, cujo indicador é apurado pela relação dívida/EBITDA igual ou menor a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve quebra de *covenants* no encerramento dos exercícios.

g)Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 2024, a Companhia realizou captações no montante de R\$304,8 milhões (R\$644,8 milhões em 2023) e pagamentos nos montantes de R\$(518,4) milhões (R\$(148,8) milhões em 2023 referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía limites de crédito contratados e não desembolsados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Demonstração do resultado

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado				
	2024	2023	2024	2023	2024 x 2023
Receita líquida de venda de produtos e prestação de serviços	2.407.806	2.190.834	100%	100%	10%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.542.434)	(1.335.416)	-64%	-61%	16%
Lucro operacional bruto	865.372	855.418	36%	39%	1%
	35,9%	39,0%			
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	(661.703)	(626.651)	-27%	-29%	6%
Gerais e administrativas	(139.970)	(118.843)	-6%	-5%	18%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	70.531	26.821	3%	1%	163%
Redução ao valor recuperável do contas a receber	(4.178)	(1.128)	0%	0%	270%
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	0%	0%	0%
	(735.320)	(719.801)	-31%	-33%	2%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	130.052	135.617	5%	6%	-4%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22.634	37.456	1%	2%	-40%
Despesas financeiras	(235.521)	(196.036)	-10%	-9%	20%
Variação cambial líquida	(26.737)	(601)	-1%	0%	4349%
	(239.624)	(159.181)	-10%	-7%	51%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(109.572)	(23.564)	-5%	-1%	365%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(30.454)	(14.469)	-1%	-1%	110%
Diferido	38.009	2.930	2%	0%	1197%
	7.555	(11.539)	0%	-1%	-165%
Prejuízo do exercício	(102.017)	(35.103)	-4%	-2%	191%
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia	(102.038)	(35.130)	-4%	-2%	190%
Participação dos não controladores	21	27	0%	0%	-22%

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresentou crescimento de 10%, em comparação ao ano anterior. Esse crescimento foi verificado em todas as unidades do Grupo, sendo Portobello (4,8%), Portobello Shop (8,6%), Pointer (28,5%) e Portobello América (30,8%).

Custo dos produtos vendidos

Em 2024, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.542,4 milhões, representando um aumento de 16% comparado ao período anterior (R\$ 1.335,4 milhões em 2023), devido ao aumento da inflação nos insumos de produção. A redução da margem em 2024 foi verificada principalmente da unidade

Portobello América, que ainda operava em fase de *ramp-up* em 2023, e apresentou ganhos de eficiência e adequações operacionais no ano de 2024.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 865,3 milhões em 2024, comparado a R\$ 855,4 milhões em 2023, apresentando redução de 1%, motivada principalmente pelo aumento no custo de produção descrito anteriormente.

Despesas com vendas

Em 2024, as despesas com vendas totalizaram R\$ 661,7 milhões, um aumento de 6% comparado a R\$ 626,6 milhões em 2023. Este aumento resultou do crescimento da estrutura de vendas, absorvida nas aquisições realizadas e expansão da rede de Lojas Próprias, assim como pela estratégia de marketing do Portobello Grupo.

Despesas gerais e administrativas

Em 2024 as despesas gerais e administrativas aumentaram 18%, totalizando R\$ 139,9 milhões, em comparação com R\$ 118,8 milhões no ano de 2023. Este aumento é decorrente, principalmente, pelas despesas com otimização operacional realizada no 4º trimestre de 2024, que representaram aproximadamente R\$28,2 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, resultaram em uma receita de R\$ 70,5 milhões em 2024, em comparação com R\$ 26,8 milhões em 2023, representando um aumento de receita de R\$ 43,7 milhões. Os principais motivos desse aumento em outras receitas decorrem da variação dos créditos tributários do período prescricional em 20,6 milhões, venda do direito sobre folha de pagamento em R\$8,0 milhões e aumento da reversão de contingências em 7,5 milhões, quando comparado a 2023. Outras variações representaram R\$7,6 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido representa um montante de despesa de R\$ 239,6 milhões em 2024, comparado a R\$ 159,1 milhões em 2023, com aumento de 51%. Os principais fatores para a variação no resultado financeiro foram a redução das receitas financeiras em 14,8 milhões, aumento das despesas com variação cambial em R\$26,1 milhões e o aumento dos juros apropriados e despesas com FIDC em R\$46 milhões, decorrente do aumento das taxas de juros no Brasil e deterioração do Real frente ao Dólar.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social no ano de 2024 resultou em uma receita de R\$ 7,5 milhões, contra uma despesa de R\$ 11,5 milhões em 2023 (variação de 165%), devido principalmente a constituições de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais no ano de 2024.

Lucro líquido do exercício

O prejuízo do exercício de 2024 foi de R\$102,0 milhões, comparado a R\$35,1 milhões, decorrentes dos eventos descritos anteriormente.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Var. %
	2024	2023	
Caixa líquido das atividades operacionais	94.813	186.333	-49%
Caixa líquido das atividades de investimento	(183.903)	(332.831)	-45%
Caixa líquido das atividades de financiamento	(320.414)	376.882	-185%
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(409.504)	230.384	-278%
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	2.472	-	0%

Caixa líquido das atividades operacionais

Em 2024, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 94,8 milhões, comparado a R\$ 186,3 milhões em 2023. Esse caixa gerado de R\$94,8 milhões decorre das variações de ativos, passivos e ajuste ao lucro no montante de R\$296,1 milhões, pagamentos de juros pagos de empréstimos e debêntures e imposto de renda e contribuição social nos valores de R\$(172,0) milhões e R\$ (29,2) milhões, respectivamente.

Caixa líquido nas atividades de investimentos

Em 2024, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ (183,9) milhões, comparado a R\$ (332,8) milhões em 2023. Esse valor aplicado de R\$ (183,9) milhões decorre da redução de aquisição de imobilização e intangível em R\$(143,7) milhões e investimentos em cotas FIDC em R\$(23,1) milhões. Outros itens representaram R\$(17,0) milhões.

Caixa líquido das atividades de financiamento

Em 2024, as atividades de financiamento resultaram em um caixa aplicado de R\$ (320,4) milhões, comparado a um caixa gerado de R\$376,8 milhões em 2023. Esse caixa aplicado de R\$ (320,4) milhões decorre substancialmente às captações realizadas no período de R\$ 304,8 milhões e pagamentos de empréstimos e financiamentos de R\$(518,4) milhões. Pagamentos de arrendamentos, aplicações financeiras vinculadas e instrumentos derivativos de swap representaram R\$(106,7) milhões.

2.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças

especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente, a unidade Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação), e as unidades de negócio. Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia passou a divulgar a informação por segmento incluindo mercado externo e interno e uma abordagem por unidade de negócios:

- **Portobello** – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade. Em 2024, a unidade de negócios Portobello representou 35,9% (38,9% em 2023) das receitas líquidas, com margem bruta de 41,3% (41,9% em 2023), atuando nos canais exportação, revendas multimarcas e engenharia.
- **Portobello Shop** - Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2024, a unidade de negócios Portobello Shop representou 41,4% (41,9% em 2023) das receitas líquidas com margem bruta de 48,4% (47,6% em 2023).
- **Pointer** - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2024, a unidade de negócios Pointer representou 10,3% (8,8% em 2023) das receitas líquidas com margem bruta de 11,9% (12,5% em 2023).
- **Portobello America (PBA)**: Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2024, a unidade de negócios Portobello America representou 12,4% (10,4% em 2023) das receitas líquidas com margem bruta de (1,2)% (23,0% em 2023).

A composição da receita líquida de vendas (R\$ mil) e lucro bruto e resultado operacional antes do resultado financeiro nos 2 últimos anos foi a seguinte:

	2024		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.407.806	1.876.981 78,0%	530.825 22,0%

	2023		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.190.834	1.740.153 72,3%	450.680 18,7%

	2024				
	Total	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida	2.407.806	865.127 35,9%	248.189 10,3%	996.410 41,4%	298.080 12,4%

	2023				
	Total	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida	2.190.834	851.357 38,9%	193.601 8,8%	917.161 41,9%	228.715 10,4%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia:

O Portobello Grupo apresentou receita líquida de R\$ 2,4 bilhões, representando um crescimento de 9,9% em relação a 2023. A receita líquida do mercado interno foi de R\$ 1,8 bilhão, uma alta de 7,6%, enquanto a receita dos mercados internacionais totalizou R\$ 536 milhões, com um avanço de 18,9%.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

No acumulado de 2024, a Companhia apresentou aumento de 10% na Receita líquida do grupo.

Portobello - crescimento de 1,6% na Receita líquida, com destaque no crescimento no canal Engenharia. A utilização da capacidade produtiva da fábrica da unidade Portobello no trimestre foi de 89,1%, 17,8 p.p. acima da média do mercado, que foi de 71,3%, conforme dados da ANFACER.

- **Portobello Shop** - No ano de 2024, a unidade alcançou a maior receita da história, totalizando R\$ 996,2 milhões, um avanço de 8,6% frente a 2023. A estratégia multicanal, aliada ao fortalecimento da experiência do consumidor, garantiu um desempenho sólido no segmento, reforçando o posicionamento da Companhia.

- **Pointer** - No ano de 2024, a receita cresceu 28,2%, comparado a 2023, impulsionada por um desempenho positivo tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Com esses resultados, a unidade conquistou um ganho significativo de *market share* nas regiões Norte e Nordeste.
- **Portobello America (PBA)**: No ano de 2024, a unidade apresentou um avanço expressivo de 30,3%, atingindo R\$ 298,1 milhões, frente aos R\$ 227,8 milhões em 2023. Esse crescimento reflete o avanço da operação nos Estados Unidos, consolidando a presença da Companhia no mercado norte-americano.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Margem Bruta no ano de 2024 foi de 35,9%, comparado a 39,0% em 2023 no consolidado. As unidade Portobello América, apresentou redução de 23.77pp na margem bruta anual, decorrente principalmente de custos impactados pelo início da fábrica ocorrido em 2023.

A Dívida líquida da Companhia encerrou o ano em R\$ 1.051,2 milhões, aumento de R\$ 204,6 milhões em comparação a 2023. O avanço do EBITDA Ajustado e Recorrente dos últimos 12 meses foi de R\$ 358,6 milhões (R\$273,7 milhões) e a disciplina na gestão financeira.

O capital circulante líquido negativo (CCL) nos montantes de R\$342.724 no consolidado, decorrente principalmente do prazo de vencimento de contratos de empréstimos de curto prazo e investimentos realizados.

O Portobello Grupo está em processo de negociação e reperfilamento de operações com instituições financeiras. Além disso, com a geração de caixa prevista, entende-se que as ações sejam suficientes para equalizar o capital circulante líquido.

A Companhia também está exposta a pressões inflacionárias nos custos e insumos, que são constantemente compensados pelos esforços em busca de ganhos de produtividade, custos com transportes e custos de insumos decorrentes dos itens importados. Para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos, a Companhia tem adotado como estratégia manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao de suas exportações, conforme demonstrado na nota explicativa 5 das Demonstrações Financeiras.

Também visando manter a rentabilidade, para proteção da receita em dólar, a companhia adota a aplicação do *Hedge Accounting*, classificados como hedge de fluxo de caixa, com instrumentos eleitos para proteger receitas futuras, conforme nota explicativa 7 das Demonstrações Financeiras.

2.3 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de

2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A nova norma introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto da nova norma, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

De acordo com a definição da Administração, atualmente a Companhia está estruturada em quatro segmentos estratégicos, formados pelas unidades de negócios denominadas Portobello, Portobello Shop, Pointer e Portobello América.

A Portobello detém a operação industrial dos produtos marca Portobello em Tijucas e atende os mercados “B2B” (business-to-business service), revenda multimarca, construtoras, grandes projetos, exportação e demais negócios do grupo. A Portobello Shop atua como franqueadora do Grupo, desenvolvendo o varejo da marca através da rede de lojas próprias e franquias. A Pointer detém a operação industrial dos produtos marca Pointer em Alagoas, com atuação regional no mercado do nordeste, norte e exportação. A Portobello America representa a marca nos Estados Unidos, principal mercado na estratégia de internacionalização da Companhia.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

	2024		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.407.806	1.876.981	530.825
Custo dos produtos vendidos	(1.542.434)	(1.092.310)	(450.124)
Lucro operacional bruto	865.372	784.671	80.701
	2023		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.190.834	1.740.153	450.680
Custo dos produtos vendidos	(1.335.416)	(1.021.741)	(313.675)
Lucro operacional bruto	855.418	718.412	137.005

Em relação ao mercado externo, a Companhia exporta para mais de 60 países.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

No 4º trimestre de 2024, a Companhia, realizou uma otimização operacional, voltadas para a eficiência operacional e a consolidação da estrutura produtiva do Grupo e das unidades, garantindo uma base mais sólida para o crescimento futuro.

A otimização operacional gerou impactos no lucro bruto, despesas operacionais, EBITDA, resultado líquido, dívida e alavancagem e será detalhado melhor em cada seção dos resultados. Sendo os principais valores identificados em:

O impacto no Lucro bruto foi de R\$ 28,2 milhões, decorrente do ajuste de inventário gerados por custos de produção da fase de *rump up* da fábrica na Unidade Portobello America;

O impacto nas despesas operacionais foi de R\$ 16,9 milhões, decorrentes principalmente de despesas de rescisões de pessoas no Grupo.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA/EBITDA (“Lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização” ou “Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”) e LAJIR/EBIT (“Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido” ou “*Earnings before interest, and taxes*”) com a finalidade de apresentar uma medida de seu desempenho econômico operacional. Essas medidas consistem no resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos, das despesas financeiras e receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

O LAJIDA/EBITDA é de divulgação voluntária, de natureza não contábil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos. A medida foi apurada no valor de R\$ 313.500 mil e R\$ 273.700 mil para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

A Companhia utiliza também outra medição não contábil que se refere ao LAJIDA/EBITDA Ajustado, essa medição retira do montante de LAJIDA/EBITDA, os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o exercício. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os montantes de LAJIDA/EBITDA Ajustado foram de R\$337.200 mil e R\$ 284.700 mil respectivamente.

O ROCE (Return On Capital Employed), obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo capital empregado no negócio composto pelo passivo de longo prazo mais patrimônio líquido, atingiu nos períodos de 2024 e 2023 respectivamente 6,6% e 6,9%.

Por fim, a Companhia realiza também a avaliação do ROCE Ajustado, o qual é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado pelo capital empregado no negócio. As porcentagens de ROCE Ajustado nos períodos de 2024 e 2023 foram de 7,8% e 7,5%, respectivamente.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- Composição do EBIT (LAJIR) e margem operacional/EBIT:**

Composição do EBIT (LAJIR) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro Líquido	(102.038)	(35.103)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.555)	11.539
(+) Resultado Financeiro	239.625	159.181
EBIT (LAJIR)	130.032	135.617
Receita Operacional Líquida	2.407.807	2.190.834
Margem operacional (EBIT) %	5,4%	6,2%

- Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado e margem operacional/EBIT Ajustado:**

Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro Líquido	(102.038)	(35.103)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.555)	11.539
(+) Resultado Financeiro	239.625	159.181
EBIT (LAJIR)	130.032	135.617
Itens não recorrentes (1)	23.756	13.095
EBIT (LAJIR) Ajustado	153.788	148.712
Receita Operacional Líquida	2.407.807	2.190.834
Margem operacional (EBIT) %	6,4%	6,8%

(1) Os não recorrentes que impactaram no EBIT/LAJIR são referentes aos ajustes de provisão de inventário da PBA

- Composição do EBITDA (LAJIDA) e margem EBITDA:**

Composição do EBITDA (LAJIDA) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro Líquido	(102.038)	(35.103)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.555)	11.539
(+) Resultado Financeiro	239.625	159.181
(+) Depreciação e Amortização	183.454	138.120
EBITDA	313.486	273.737

Receita Operacional Líquida	2.407.807	2.190.834
Margem EBITDA %	13,0%	12,5%

● **Composição do EBITDA Ajustado (LAJIDA) e margem EBITDA Ajustado:**

Composição do EBITDA (LAJIDA) Ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro Líquido	(102.038)	(35.103)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.555)	11.539
(+) Resultado Financeiro	239.625	159.181
(+) Depreciação e Amortização	183.454	138.120
EBITDA	313.486	273.737
Otimização tributária	(7.100)	800
Reconhecimento e Atualizações de Processos Judiciais	(14.224)	(1.500)
Otimização Operacional	45.092	(368)
Otimização Tributária		(1.400)
Ajuste de Provisão de Inventário		13.095
Total de itens não recorrentes	23.748	10.627
EBITDA AJUSTADO	337.234	284.364
Receita Operacional Líquida	2.407.807	2.190.834
Margem EBITDA AJUSTADO %	14,0%	13,0%

● **Composição do ROCE e do ROCE Ajustado**

Composição do ROCE e ROCE ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
EBIT/LAJIR	130.032	135.617
CAPITAL EMPREGADO	1.987.650	1.974.788
Passivo de Longo Prazo	1.616.547	1.588.854
Patrimônio Líquido	371.103	385.934
ROCE	6,6%	6,9%
EBIT/LAJIR	130.032	135.617
Itens não recorrentes (1)	23.748	13.095

EBIT/LAJIR AJUSTADO	153.780	148.712
CAPITAL EMPREGADO	1.987.650	1.974.788
Passivo de Longo Prazo	1.616.547	1.588.854
Patrimônio Líquido	371.103	385.934
ROCE ajustado	7,8%	7,5%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do LAJIDA/EBITDA é mais apropriada para a correta compreensão de sua situação econômica e financeira, auferindo de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, embora possam ser calculados de maneiras distintas.

A Companhia calcula o LAJIDA/EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, (“Instrução CVM 156”), onde determina que no cálculo do LAJIDA/EBITDA e do LAJIR/EBIT deve ser considerado o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O LAJIDA/EBITDA é uma informação adicional às suas demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido e aos fluxos de caixa operacionais.

O LAJIDA/EBITDA Ajustado corresponde ao LAJIDA/EBITDA excluindo os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período conforme especificado no demonstrativo deste item 2.5, do formulário de referência, sub-item “b” contendo as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

O ROCE tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado e é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido) e o ROCE Ajustado que tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado desconsiderando o efeito dos itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período. O ROCE Ajustado foi calculado através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado considerando os itens não recorrentes pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido).

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Foram divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 os seguintes eventos subsequentes:

Eventos climáticos de janeiro de 2025

Nos dias 16 e 17 de janeiro de 2025, o Município de Tijucas – SC, situado na região do Vale do Rio Tijucas, sofreu intensamente com as chuvas que excederam os índices históricos registrados para o

período, as quais ocasionaram diversos alagamentos, deslizamentos de terra e danos materiais substanciais a empresas e residências locais.

A Prefeitura Municipal de Tijucas/SC, por meio do Decreto no 2.502, de 16 de janeiro de 2025, decretou situação de emergência, oficializando a gravidade dos danos causados pelas chuvas.

A fábrica situada em Tijucas sofreu prejuízos, que incluem danos como paralisação da produção e dificuldades logísticas, perda de insumos, perda de produtos acabados (estoque) e redução no faturamento. A Companhia registrou, em janeiro de 2025, provisão para perdas com estoques no montante de R\$22.843, decorrentes dos alagamentos que atingiram a fábrica.

Criação do FIDC PBG SUPPLIERS

Em 10 de fevereiro de 2025, foi divulgado fato relevante sobre a criação do PBG Suppliers Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. O Fundo tem como objetivo a aquisição de direitos creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus fornecedores. Esta iniciativa visa melhorar a gestão de fluxo de caixa e fortalecer as relações comerciais com nossos parceiros estratégicos.

O valor total da emissão foi de R\$160.000, com cotas divididas em duas classes distintas.

a) Captações de empréstimos e financiamentos

Não foram realizadas novas captações até a data das divulgações das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

b) Processo com provisão de perda possível

Não houve alterações relevantes nos processos classificados como perda possível, apresentados nas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa n° 26.

2.7 Os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Exercício Social encerrado em:	2024	2023
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados líquidos apurados, será constituída anualmente a reserva legal como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas, não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.</p> <p>Em 2024 não houve constituição de reserva de lucros, tendo sido utilizado o montante de R\$16.163 milhões das Reservas de retenção de lucros para absorção de Prejuízos acumulados. Em 2023 a reserva de incentivos fiscais foi de R\$ 20.705 milhões .</p>	
Valor total das reservas de lucros	R\$ 209.532 mil	R\$ 225.696 mil
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alíneas d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade de a Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Através de acordo de acionistas firmado em 18 de fevereiro de 2019, através do tópico 8.1 estabelece que, salvo se diversamente acordado pelos acionistas, em Reunião Prévia, os acionistas e a Companhia deverão fazer com que, durante a vigência do acordo, a Companhia anualmente declare, distribua e pague dividendos (ou, em seu lugar, juros sobre o capital próprio, conforme legislação aplicável) em montante igual a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório acima estabelecido. Em 2024, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e, portanto, sem distribuição de dividendos..</p>	
Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio	-	-
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	

<p>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>A Companhia tem restrições à distribuição de dividendos impostas em casos de não cumprimentos de cláusulas de <i>Covenants</i> apresentadas em contrato firmado junto ao Banco do Brasil e referentes à emissão de Debêntures.</p>
<p>e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado”</p>	<p>A Companhia possui uma política de destinação dos resultados formalmente aprovada em 2008 pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia também disserta sobre a destinação dos lucros é definida, conforme abaixo:</p> <p>a) 5% dos lucros líquidos apurados serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e d) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório. Entretanto, em conformidade com o acordo de acionistas, durante a vigência do mesmo, será distribuído um montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei e conforme o disposto no item 8.1 do acordo de acionistas).</p>

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

i. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.**

Não aplicável.

ii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Em 31 de dezembro de 2024, os gastos contratados referentes a imobilizado, porém ainda não incorridos, somam R\$ 1.492 (R\$ 3.012 em 31 de dezembro de 2023). Tais gastos são correspondentes à modernização dos equipamentos da fábrica de Tijucas/SC, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

iii. **Contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

iv. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nos demonstrativos financeiros.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em 2024 totalizaram R\$ 138 milhões, sendo que 38,6% foram destinados ao projeto da nova fábrica nos Estados Unidos, 37,3% foram da Portobello Shop distribuído entre as lojas e a evolução do digital, 19,4% destinados a planta da Unidade Portobello em Tijucas/SC, 3,4% a investimentos na planta da Pointer e 1,3% para projetos comerciais e corporativo.

Mesmo com redução nos investimentos, o Grupo continua avançando em projetos estratégicos para o crescimento no varejo integrado e a internacionalização.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, conforme descritas na seção "Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes".

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há previsão de indicação de aquisição de plantas, equipamentos que devam influenciar de forma material..

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia conta com ciclo de inovação formado por grupo multidisciplinar de profissionais que além das pesquisas, interage com os principais intérpretes do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento.

Um item voltado às pesquisas que continua merecendo destaque está ligado ao Projeto Lastras, este projeto foi um passo importante na evolução da Companhia e faz parte da estratégia que visa oferecer soluções completas aos clientes, inclusive substituindo a utilização de mármore natural por porcelanato esmaltado com peças de grandes dimensões.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2023, a Companhia registrou R\$ 4.243 mil referente a gastos com projetos de desenvolvimento de novos produtos. Em 2024, a Companhia registrou R\$ 1.190 mil referente a gastos com projetos de desenvolvimento de novos produtos.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia elaborou um plano de ações para os próximos 5 anos relacionadas a questões ASG e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Este plano contempla os anos de 2023 a 2027 e possui metas estabelecidas para os principais pilares da Companhia. Mais detalhes podem ser observados no Relatório de Sustentabilidade da Companhia, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO

(Art. 10º, Parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/22 – Anexo A)

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício

A Companhia apresentou prejuízo líquido em 2024 no montante de R\$ 102.037.981,13 (Cento e dois milhões, trinta e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e treze centavos.)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.

Não se aplica

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não se aplica

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação para 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(102.038)	(35.130)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	140.987	140.987
Prejuízo básico por ação	(0,72374)	(0,24917)

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia apresentou prejuízos e não houve/haverá dividendos a distribuídos aos acionistas.

Para o resultado de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2023, a destinação de 50% do lucro sob forma de dividendos no valor de R\$ 73.056.663,61, que descontadas as antecipações de dividendos pagos pela Companhia no valor de R\$ 43.442.032,41 (R\$ 0,3081 por ação ordinária), pago em 01 de setembro de 2022, implicará no valor residual de dividendos a distribuir de R\$ 29.614.631,20 (R\$ 0,21005238 por ação ordinária), pago sob a forma de dividendos.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 2024 e 2023 não houve constituição de reserva legal, devido a apresentação de prejuízos nos exercícios.

. Para o período de 2022, o montante destinado a reserva legal em 2023 foi de R\$ 6.984.106,68.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76, aplica-se 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício.

Em 2024 e 2023 não houve constituição de reserva legal, devido a apresentação de prejuízos nos exercícios.

Em 2022, como foi atingido o limite de 20% do valor do Capital Social, constitui-se apenas 4,56%, e não os 5% sugerido pela Lei.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o artigo 37 do estatuto social da Companhia:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- i) 5% serão aplicados antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social.
- ii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
- iii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- iv) A parcela correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Em 2024 e 2023 não houve constituição de dividendo obrigatório, devido a apresentação de prejuízos nos exercícios.

Em 2022, foram pagos, de forma integral, os dividendos mínimos obrigatórios. O valor retido foi de R\$ 36.528.331,81 (trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos).

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

No ano de 2024 não houve destinação para reserva de incentivos fiscais e no ano de 2023 foi destinado R\$ 20.705 mil para a rubrica Reserva para Incentivos Fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Referem-se as subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), ao Tratamento tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD), o Simples Nacional e o Lucro da Exploração.

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 ° da Resolução CVM nº 81/22

Candidatos indicados pelos acionistas controladores

Em linha com o art. 13º do Estatuto Social da Companhia, o mandato dos membros do Conselho de Administração é de 01 (um) ano, encerrando-se na data desta AGO. Desta forma, propõe-se a eleição da chapa formada pelos nomes a seguir indicados para compor o Conselho de Administração até a data da Assembleia Geral Ordinária de 2025:

- César Gomes Junior
- Claudio Ávila da Silva
- Nilton Torres de Bastos Filho
- Mauro do Valle Pereira
- Geraldo Luciano Mattos Junior
- Maria Laura de Santos Tarnow
- Márcio Leal da Costa Lobo

A Companhia informa ainda que o Conselho de Administração analisou as informações sobre os candidatos que compõem a chapa por ele indicada e concluiu que os Srs. Geraldo Luciano Matos Jr, Márcio Leal da Costa Lobo e a Sra. Maria Laura de Santos Tarnow atendem os critérios de independência previstos no artigo 6º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/2022 e no 16 do Regulamento do Novo Mercado. Abaixo serão apresentadas as informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme exigido pelo artigo 11 da Resolução CVM nº81/2022.

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

Nome	Idade	Orgão administrativo	Data de eleição	Prazo de mandato	Números de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar	Data da posse	Indicado pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos					
Mauro do Valle Pereira 376.466.139-91 Membro do Comitê de Internacionalização	64 Administrador	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2023 12/05/2023	1 ano Sim	100%
Jorge Muller 518.027.679-91 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	59 Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand 029.598.008-77 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	62 Advogado	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Mario Augusto de Freitas Baptista 245.668.027-87	72 Administrador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 15/04/2023	1 ano Sim	100%
Luiz Fernando Francalacci 155.646.739-72	73 Engenheiro	Conselho Fiscal Suplente	28/04/2023 15/05/2023	1 ano Sim	100%
Cesar Gomes Junior 305.583.019-91 Pertence ao Conselho de Administração	66 Administrador	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Cláudio Avila da Silva 179.169.099-87	70 Administrador	Conselho de Administração Vice Presidente do Conselho de Administração	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Nilton Torres de Bastos Filho 217.335.658-50 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	47 Engenheiro	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Geraldo Luciano Mattos Junior 144.388.523-15 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	43 Administrador	Conselho de Administração Independente Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Maria Laura de Santos Tarnow 014.714.517-12	54 Comunicação Social	Conselho de Administração Independente Membro Efetivo	28/04/2023 12/05/2023	1 ano Sim	100%
Maro Marcos Hadlich Filho 442.839.119-68 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	61 Advogado e Contador	Conselho Fiscal Suplente	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	100%
Marcio Leal da Costa Lobo 016.783.167-41	53 Engenheiro	Conselho de Administração Independente Membro Efetivo	28/04/2023 12/05/2023	1 ano Sim	100%
Ricardo Laus Gutierrez 167.645.609-00 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia	70 Dentista	Conselho Fiscal Suplente	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	100%

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Experiência profissional / Critérios de Independência
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91
Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial. Ainda, atuou como Diretor Presidente do Grupo de 2019 até maio de 2023, sendo que a partir desta data passou a atuar como Conselheiro de Administração da PBG S.A.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Mauro do Valle Pereira declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Maria Laura de Santos Tarnow - 014.714.517-12
Profissional com 30 anos de experiência em empresas de bens de consumo de público de diversos segmentos sociais, lidando com uma ampla gama de temas estratégicos, operacionais e organizacionais. Atua no Conselho de Administração do Grupo Soma desde julho de 2020, Presidente do Conselho Consultivo do Grupo Rascal desde novembro de 2021 e Membro do Conselho Consultivo Softys desde julho de 2022. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.
A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Maria Laura de Santos Tarnow declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Mario Augusto de Freitas Baptista - 245.668.027-87
Mestre em Administração de Empresas, concentração em Finanças, Universidade da Califórnia Los Angeles - UCLA, Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas, concentração em Engenharia Econômica, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Engenheiro Eletricista, especialização em Sistemas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, e Certificado no Curso para Conselheiros de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Fundador e diretor-presidente desde 2011 da FLEX CAPITAL SECURITIZADORA S/A, que atua na securitização de ativos empresariais e da HEB Serviços de Apoio Administrativo Ltda., empresa de consultoria. É diretor desde 2021 da INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás Para a Região Sul S.A. Desde 2014 é membro do Conselho de Administração da INPLAC Indústria de Plásticos S/A e do Conselho Consultivo do Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sr. Mario Augusto de Freitas Baptista declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
César Gomes Júnior - 305.583.019-91
Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC. Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de

Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. César Gomes Júnior declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Cláudio Ávila da Silva declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Geraldo Luciano Matos Jr - 144.388.523-15

Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará e Direito pela Universidade de Fortaleza, além disso, possui Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead. Sua experiência inclui as seguintes posições: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M. Dias Branco (até novembro de 2019), membro do Conselho de Administração da Hapvida Participações, Portobello e Assaí Atacadista. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Geraldo Luciano Matos Jr declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Luiz Fernando Francalacci - 155.646.739-72

Engenheiro, atuou como Técnico em Desenvolvimento no BADESC- Agência Catarinense de Desenvolvimento entre 1975 e 1990. Foi Diretor Vice Presidente e Financeiro do BADESC entre 1990 e 1993. Atuou como Presidente do BADESC entre 1994 e 1995. Atualmente, é Diretor Superintendente da INFRAGÁS-Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A (desde 1996). Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A. desde maio de 2023.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Luiz Fernando Francalacci declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50

Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP e MBA pela Stern School of Business – NYU. Atuou como consultor, tendo trabalhado em projetos relacionados a estratégia e operações para Editora Abril, Editora Attica Scipione, Klabin, Latam Airlines, entre

outras. Foi Diretor Industrial e Comercial da PBG S.A., CEO da Lubrasil Lubrificantes Ltda e Banker na Turim MFO.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Nilton Torres de Bastos Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB), em Direito Empresarial (INPG) e em Direito Comercial (FURB). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Maro Marcos Hadlich Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Atua como membro do Conselho Fiscal da PBG S.A.

Márcio Leal da Costa Lobo - 016.783.167-41

Engenheiro mecânico formado pela PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) - 1992, Pós-graduação em Finanças pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-RJ - 1994. Profissional com forte experiência na área financeira, atualmente atua como Investment Banking na Órama, e Partner na Hunter Capital. É membro do Conselho Administrativo da Multilog desde abril de 2022, membro do Conselho de Administração da Pedra Branca desde julho de 2018 e membro do Conselho de Administração da RV Tecnologia desde setembro de 2018. Atua como membro do Conselho de Administração da PBG S.A.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Márcio Leal da Costa Lobo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com especialização em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de Contador no Portobello Grupo durante 08 anos. Posteriormente, foi Contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, Gerente de Controladoria da Hertz Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da Muller Contadores Associados S.S. Ltda.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Jorge Muller declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77

Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui experiência como piloto de aviação e é Conselheiro Fiscal da PBG desde 2020.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Carlos Eduardo Zoppello Brennand declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Ricardo Laus Gutierrez - 167.645.609-00

Dentista formado pela UFSC. Possui passagens pela Usati ABPS Ltda. e Portobello S.A. Atualmente é empresário e cotista da empresa PBG Participações Societárias Ltda.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. Administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada:</u>				
César Gomes Júnior	305.583.019-91	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada:</u>				
César Gomes Neto	006.211.549-97	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidos, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superiora 99% (noventa e nove por cento) do capital social
- controlador direto ou indireto do emissor
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2022			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda	03.796.084/0001-00		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
César Gomes Junior	305.803.019-91		
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82		
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72		
Junior ABPS Ltda.	03.609.424/0001-46		
Acionistas membros do grupo de controle			
César Bastos Gomes	002.288.349-53		
Membro Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócios			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Multilog Transportes Ltda.			
Sócio			
<u>Observação</u>			
Prestação de serviços			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Riveste Comercio Ltda	43.004.526/0001-52		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Daniel Gomes Vieira	530.997.889-53	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
AB Parking			
Sócio			
<u>Observação</u>			
Prestação de serviços			

Em 2022, as empresas Flooring, Riveste e Solução Cerâmica, pertencentes à partes relacionadas, foram adquiridas pela Companhia, conforme citado no item 10.1 (h).

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Nos termos do item 8 do Formulário de Referência (Art. 13 da Resolução CVM nº 81/22)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A presente Política de Remuneração visa determinar diretrizes a serem observadas para determinar a remuneração dos Diretores, membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PBG S/A (“Companhia”), considerando a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado. Além disso, esta Política tem o intuito de motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas, proporcionando o alinhamento dos interesses dos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia, assim como a retenção destes profissionais.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Não se aplica.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A Companhia realiza uma pesquisa de quais práticas de mercado referente as remunerações, e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos Conselheiros vindo sendo utilizadas, em seguida é atribuído uma reunião para o Conselho de Administração, que define o valor global e fixa os honorários individuais de cada integrante dos órgãos da administração, logo após é realizado uma proposta para a Assembleia Geral Ordinária.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o tema é avaliado pelo Conselho de Administração com base no estudo descrito no subitem “ii” acima.

c) Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**
 - **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
 - **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
 - **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
 - **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Conselho de Administração:

A remuneração dos Conselheiros será composta por (a) honorário mensal e (b) reembolsos de despesas de locomoção e estadia necessárias à função. A remuneração dos Conselheiros será definida por deliberação do Conselho, observado o montante máximo dos valores anuais globais dos administradores fixado anualmente pela Assembleia Geral, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia. A definição dos valores deve estar alinhada com a prática de mercado vigente, com objetivo de remunerar os serviços prestados pelos Conselheiros de forma proporcional às suas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo, garantindo a competitividade e atraindo profissionais que agreguem valor para a Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos Conselheiros será fixada anualmente pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário, conforme o disposto no art. 162, §3º, da Lei das Sociedade por Ações, nº 6.404/76. As despesas de transporte e estadia dos Conselheiros Fiscais serão ressarcidas pela Companhia, na forma das disposições legais vigentes, respeitadas às Políticas internas da Companhia, mediante a apresentação dos comprovantes de despesas ou através de valor pré-determinado referente ao cálculo médio das despesas de deslocamento e pedágio partindo da cidade de residência do Conselheiro até a sede social da Companhia.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores Estatutários será composta por: (i) remuneração fixa, (ii) benefícios, (iii) incentivos de curto prazo (PPR) e (iv) incentivos de longo prazo (ILP), a seguir descritos. A remuneração individual dos Diretores será definida por deliberação do Conselho de Administração, observado o montante máximo dos valores anuais globais dos administradores fixado anualmente pela Assembleia Geral, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia. (i) Remuneração Fixa: A remuneração fixa dos Diretores tem por objetivo reconhecer o valor do cargo internamente e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo. Baseados na média de mercado, desempenho individual e outros fatores tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção. Incentivos de Curto Prazo (PPR): Corresponde à parcela anual variável por participação nos resultados da Companhia, prevista no planejamento estratégico e no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, cujo objetivo é premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais. A remuneração variável é alinhada ao orçamento,

planejamento estratégico e práticas de mercado, garantindo competitividade e reconhecimento dos executivos pelo seu papel nos resultados da Companhia.

Diretores:

A remuneração global dos Diretores é estabelecida com base em desempenho, custos e riscos envolvidos, bem como está atrelada aos resultados da Companhia e metas de médio e longo prazo, sendo remunerada através de honorários fixos e variáveis, estes últimos calculados com base em indicadores de desempenho e o plano de participação nos resultados da Companhia (PPR). O PPR é pago em uma parcela anual conforme critérios aprovados anualmente pelo Conselho de Administração. Para os Diretores Estatutários, a parcela do incentivo é baseada em indicadores corporativos. As metas financeiras utilizadas para o cálculo do PPR são baseadas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e incluem a previsão de custos do plano. Ao final de cada exercício é avaliado o atingimento das metas e calculada a premiação resultante. (iv) ILP Poderão ser estabelecidas Políticas de Incentivo de Longo Prazo para retenção de Executivos, com base em critérios aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, levando em conta o comprometimento com a estratégia de longo prazo e aderência aos princípios e valores da Companhia.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração:

Os Comitês podem ser compostos por Conselheiros, Diretores Estatutários, membros independentes e demais colaboradores da Companhia. A remuneração dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração constituídos na Companhia é deliberada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Não farão jus à remuneração adicional os membros de Comitê que sejam empregados ou Diretores da Companhia. A fixação da remuneração observará o orçamento anual total de despesas da Companhia e disposto pela Assembleia Geral quanto ao montante máximo dos valores anuais globais dos administradores, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A estratégia de remuneração da empresa é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas. A mecânica dos planos de remuneração variável anual atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento da empresa de curto e médio prazos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR anual – Pago em uma parcela anual, correspondendo a um target de três a cinco vezes o valor da remuneração mensal, conforme pesagem do cargo. Para Diretores Estatutários, 50% da parcela é baseada em indicadores corporativos e o EBITDA é a principal métrica utilizada. O percentual restante é baseado em indicadores individuais. São estabelecidos entre 3 a 5 indicadores individuais, seguindo o desdobramento das diretrizes.

Todo o programa de PPR da Companhia está atrelado a um limite de distribuição de Lucro Líquido do exercício, cujo percentual é aprovado anualmente pelo conselho. O percentual vigente é de 15% para esta distribuição.

2024	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	100%	-	-	-	-	100%

2023	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	88,40%	11,60%	-	-	-	100%

2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	78,25%	21,75%	-	-	-	100%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Os valores de remuneração pagos aos seus administradores são definidos em função da importância e do peso relativo do cargo na estrutura organizacional e da estratégia de posicionamento frente ao mercado.

O reajuste ocorre periodicamente, se aplicável, após a realização de pesquisas de remuneração, realizadas anualmente por empresas especializadas no assunto, por meio das quais são comparados os valores praticados pela Companhia com o mercado e aferidos o grau de competitividade e necessidade de ajuste dos valores praticados.

Os benefícios oferecidos pela Companhia aos Diretores seguem as práticas de mercado visando complementar a assistência pública, conceder maior segurança e assegurar as melhores condições para desempenho do cargo, tais como: plano de previdência privada, plano de saúde, seguro de vida, leasing de veículos, telefone móvel, dentre outros.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ESG**

Indicador 2024	Peso	U/M	Indicador 2025	Peso	U/M
Dívida Líquida/EBITDA (PBG)	30%	%	Dívida Líquida/EBITDA (PBG)	25%	%
Lucro Líquido PBG	15%	R\$ MIL	Lucro Líquido PBG	15%	R\$ MIL
Fluxo de Caixa Livre PBG	15%	R\$ MIL	Fluxo de Caixa Livre PBG	25%	R\$ MIL
EBITDA PBA	25%	%	EBITDA PBA	20%	%
Crescimento do Grupo (ROL PBG)	15%	%	Crescimento do Grupo (ROL PBG)	15%	%

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia, procura atualizar a composição da remuneração, proporcionando atratividade em relação ao mercado, retenção e engajamento dos profissionais em relação à permanência, à criação de valor e a estratégia para a empresa. As práticas de remuneração se alinham com os interesses competitividade com o mercado no curto prazo e de alavancagem de resultados e retenção dos profissionais a médio e longo prazo.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

8.2 Remuneração Total por Órgão

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais previstos				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.311.400,40	4.299.666,87	364.929,84	7.975.997,11
Benefícios direto e indireto	302.799,86	1.243.123,06	703,30	1.546.626,21
Participações em comitês	2.703.184,00		364.929,84	2.703.184,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		0,00		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	6.317.384,26	5.542.789,92	365.633,14	12.225.807,32

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.010.364,00	3.908.788,06	331.754,40	7.250.906,46
Benefícios direto e indireto	275.272,60	1.130.111,87	639,36	1.406.023,83
Participações em comitês	2.457.440,00	0,00	0,00	2.457.440,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		0,00		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.743.076,60	5.038.899,93	332.393,76	11.114.370,29

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.749.916,00	4.340.841,48	289.656,00	8.380.413,48
Benefícios direto e indireto	253.468,00	456.930,00	544,00	710.942,00
Participações em comitês	1.997.232,42	0,00	0,00	1.997.232,42
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	629.399,85	0,00	629.399,85
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/D		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	6.000.616,42	5.427.171,33	290.200,00	11.717.987,75

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício Social: 31/12/2025 - PREVISTO

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	503.423,18	0,00	503.423,18
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.586.078,00	0,00	2.586.078,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.010.294,47	0,00	1.010.294,47
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	430.000,00	0,00	430.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	563.304,18	0,00	563.304,18
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	563.304,18	0,00	563.304,18
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	457.657,44	0,00	457.657,44
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.350.980,00	0,00	2.350.980,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	918.449,52	0,00	918.449,52
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	496.400,00	0,00	496.400,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.550.000,00	0,00	2.550.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	996.200,00	0,00	996.200,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	629.399,85	0,00	629.399,85

8.4 Plano de Remuneração baseado em ações

Se aplica somente para ILP (Incentivos de longo prazo).

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários:

Não se aplica.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

Não se aplica.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	%Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	%Total
Controladores	95.451.036	67,70%	200	0,05%	360	0,24%
Conselho de Administração	3	0,00%	100	0,03%		
Conselho Fiscal						
Diretoria Estatutária	51.100	0,04%	100	0,03%		
Total das ações	93.922.739	67,74%	400	0,10%	360	0,24%

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0
Condições para se aposentar antecipadamente.	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade; b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras; c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais; d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora.
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 11.588 milhões
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 1.822 milhões
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	30/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Nº de membros	3	7	3
Nº de membros remunerados	3	7	3
Valor da maior Remuneração Real	R\$ 1.843.080,00	R\$ 430.052,00	R\$ 110.584,80
Valor da menor Remuneração Real	R\$ 1.008.629,56	R\$ 430.052,00	R\$ 110.584,80
Valor médio da remuneração Real	R\$ 950.569,85	R\$ 430.052,00	R\$ 110.584,80

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Nº de membros	3	3	7	7	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	7	7	3	3
Valor da maior remuneração	1.842.000	1.800.000	1.930.000	953.804	86.000	108.000
Valor da menor remuneração	760.000	1.080.000	364.000	412.000	86.000	108.000
Valor médio da remuneração	1.301.000	1.360.000	1.147.000	693.000	86.000	108.000

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela deliberação CVM nº 642/10, não há membros do Conselho de Administração, diretoria estatutária ou Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve nos três últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal paga como comissões ou serviços de consultoria ou assessoria prestados.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos exercícios sociais de 2022 a 2024 não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

8.20 Outras informações relevantes

Todas informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.